

# Perspectivas críticas sobre neodesenvolvimentismo e a Amazônia

*Nondevelopmentism and the Amazon: a critical theory perspective*

Flavia do Amaral Vieira \*

*Universidade Federal do Pará, Belém – PA, Brasil*

Letícia Albuquerque \*\*

*Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, Brasil*

## 1. Introdução

Historicamente tem sido observado que a implantação de grandes empreendimentos de infraestrutura, logística, agronegócio e mineração na Amazônia tem relações diretas com a produção de conflitos socioambientais e territoriais que evidenciam tensões entre diferentes modos de vida e o discurso hegemônico sobre desenvolvimento. Seja apontado como necessidade inconteste para a região ou para o crescimento econômico do país, verifica-se que o desenvolvimento anunciado como resultado natural de qualquer desses projetos, é muitas vezes direcionado ao atendimento de interesses privados, consubstanciados em demandas do setor empresarial, demandas urbanas ou do “país”; isto é, um processo de transformação planejado de maneira exógena, alheio ao diálogo sobre às prioridades e conhecimentos locais.

---

\* Visiting Research Fellow na Tilburg University, Holanda, e integrante do Grupo de Pesquisa Observatório de Justiça Ecológica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É Doutora em Direito pela Universidade Federal do Pará, onde também se graduou, e mestre em Direito e Relações Internacionais pela UFSC. Foi bolsista PDJ do Cnpq no período de 2022-2023.

\*\* Professora do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde leciona para alunos de graduação e pós-graduação. É cofundadora e codiretora do Observatório de Justiça Ecológica, grupo de pesquisa e ação nas áreas de meio ambiente e direitos humanos vinculado ao programa de pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq.

Na sociedade moderna e neoliberal, esse discurso goza de um ideário que dita que o projeto de “desenvolvimento” não pode ser discutido, como se fosse um dogma; e, assim, só pode ser justificado, apoiado, legitimado. Nesse sentido, qualquer existência de controvérsia, tentativa de regulação, presença de comunidades originárias na área de influência, ou o uso do direito, principalmente do discurso dos direitos humanos, serão entendidos como “obstáculos” para o desenvolvimento. Em verdade, para aqueles que defendem este tipo de desenvolvimento tal qual posto para a Amazônia - aqui tratando especialmente da Amazônia brasileira, muitas vezes não são admitidos limites, e o direito é um dos meios privilegiados para garantir esse resultado, quer seja nas relações internacionais, no uso do direito internacional, quer seja no âmbito doméstico, a partir do Poder Judiciário.

Este artigo toma como análise àquela a partir dos anos 2000, durante precisamente os governos ditos progressistas, do chamado giro à esquerda na América Latina, representado no Brasil pelo governo do Partido dos Trabalhadores (2002-2016), que permaneceu preso ao modelo primário de economia, extrativo e exportador. Tanto a teoria descolonial como a teoria da dependência questionaram o conceito do desenvolvimento a partir dessa lógica, a partir de reflexões críticas sobre colonialidade ou imperialismo. Com efeito, a associação entre a ideia de colonialismo e este modelo de desenvolvimento executado mediante grandes projetos econômicos é apresentada de forma recorrente, a que esse trabalho se soma como contribuição no campo de debate sobre direitos humanos na Amazônia.

Parte-se do pressuposto que, ainda que inegável a importância do crescimento econômico, ou seja, do aumento da receita do Estado para a concretização e universalização de direitos, mesmo que progressivamente, é fundamental que haja um padrão distributivo na natureza desse crescimento e que leve em consideração os saberes e as características locais.

Este artigo busca proporcionar uma investigação sobre a retórica perene do desenvolvimento; destacando o retorno ao desenvolvimentismo e a opção extrativista. O foco é dado ao período do progressismo desenvolvimentista, com foco no caso do Brasil, e na Amazônia em seus conflitos socioambientais correlatos. O fato de que o período posterior, especialmente o de 2019-2022, de giro à direita no contexto brasileiro, tenha acirrado ainda mais as condições de vida, a democracia e a sobrevivência de modelos alternativos de desenvolvimento na Amazônia, contribui para a importância de investigar os fatores que contribuíram para essa mudança política e da retórica do poder.

Nesse sentido, primeiramente apresentamos contribuições sobre o histórico de construção da retórica do desenvolvimento na América Latina, para, em seguida, refletirmos sobre o que constitui o progressismo neodesenvolvimentista, com base no extrativismo, para assim questionarmos as consequências desse modelo na Amazônia brasileira.

## 2. A retórica do neodesenvolvimentismo latino-americano: da crítica descolonial, da dependência e da ideia de subdesenvolvimento

Na América Latina, entre os anos 1950 e 1970, foi significativa a produção teórica sobre desenvolvimento e dependência econômica. A renovação da crítica ao eurocentrismo<sup>1</sup>, em um primeiro momento; e os processos de refundação do Estado e do novo constitucionalismo latino-americano no neoliberalismo, direcionaram a construção da “teoria ou pensamento descolonial”, a partir da criação do grupo Modernidade/Colonialidade<sup>2</sup>. O conceito da descolonialidade surge a partir de uma organização e sistematização de leituras e publicações em torno do papel latino-americano e sua contribuição para a descolonização do conhecimento e da produção acadêmica, a partir da influência de movimentos importantes, como o pós-colonialismo e do grupo dos Estudos Subalternos.

Para Walter Dignolo, desenvolvimento é um termo retórico para esconder a reorganização da lógica da colonialidade: as novas formas de controle

---

1 Pelo conceito de eurocentrismo, compreende-se parâmetros de análise e teorização hegemônicos que se manifestam a partir de uma visão de história centrada na Europa, ao indicar como pontos de partida da “Modernidade” fenômenos europeus, onde seu desenvolvimento posterior necessita unicamente da Europa para explicar o processo (DUSSEL, 2005, 28). Atualmente, o conceito foi renovado e o termo eurocêntrico não se refere a uma localização geográfica, mas a uma noção geopolítica que pode ser denominada como Norte Global, isto é, não se manifesta apenas a partir do território europeu, mas sim da expansão das fronteiras do capital e de seus centros de poder. Castillo aponta que, especialmente a partir do século XX, a crítica ao eurocentrismo foi reforçada por diversas escolas de pensamento, dentre elas a Teoria pós-colonial e o Orientalismo, os Estudos Subalternos, a Teoria Descolonial, os movimentos da Critical Race Theory e da Black Radical Theory, o Black Atlantic Studies e o feminismo do terceiro mundo (2018, 75). Destacamos também o movimento da TWAIL – Third World Approaches for International Law, como corrente que trata a crítica ao eurocentrismo no direito internacional, a partir da Índia e da Ásia.

2 O grupo Modernidade/Colonialidade se forma em 1998, durante o encontro da Associação Internacional de Sociologia, em Montreal, quando Edgardo Lander, Anibal Quijano, Enrique Dussel, Fernando Coronil, Walter Dignolo e Arturo Escobar lançaram uma coletânea de artigos. Nos anos seguintes, organizariam encontros anuais e publicariam em conjunto ou individualmente, uma série de artigos e livros que consolidam a teoria.

e exploração do setor do mundo rotulado como Terceiro Mundo e países subdesenvolvidos<sup>3</sup>. Com efeito, a associação entre a ideia de colonialismo e este modelo de desenvolvimento executado mediante grandes projetos econômicos é apresentada de forma recorrente. No mesmo sentido, Catherine Walsh afirma que o quadro do desenvolvimento tem servido não apenas para encerrar a humanidade e a condição humana no ideário linear de civilização e progresso, mas também “para expandir para mais além a modernidade associada ao seu reverso, a colonialidade”<sup>4</sup>. Segundo esta autora, o termo colonialidade se refere a “uma matriz de poder global que tem classificado de forma hierarquizada populações, seus conhecimentos e sistemas cosmológicos de vida de acordo com um padrão eurocêntrico”<sup>5</sup>.

Assim, ao criarem o conceito de colonialidade, os autores identificados com os estudos pós/descoloniais visam explicar o processo mais amplo da relação geopolítica entre Norte e Sul mundiais, originado com o colonialismo europeu no século XVI, mas cujas características e relações de dominação o ultrapassam, perdurando até a atualidade<sup>6</sup>. Retomaremos estas ideias quando nos voltarmos à análise dos projetos de desenvolvimento pensados para a Amazônia desde os anos 1960.

Acosta, refletindo sobre esta problematização, considerou que, na América Latina, vivemos uma “maldição da abundância”, conectando o paradigma extrativista ao empobrecimento das populações, aumento das desigualdades, distorções do aparato produtivo e depredação dos bens naturais<sup>7</sup>. Para o autor, os países ricos em recursos naturais, cujas economias se sustentam prioritariamente em sua extração e exportação, enfrentam maiores dificuldades para se desenvolverem<sup>8</sup>.

Nesse sentido, Dussel denomina como “falacia desarrollista” a ideia de que todos os países devem se desenvolver através de mesmas etapas para chegar ao mesmo estado final<sup>9</sup>. Nesse sentido, vários teóricos se dedicaram a elaboração de teorias de desenvolvimento na contemporaneidade, a partir de estudos geopolíticos e socioeconômicos. Como analisa Radomsky,

---

3 2008.

4 2010, p. 15.

5 WALSH, 2010, p. 15.

6 FLEURY, 2013, p. 236

7 2012, p. 01.

8 ACOSTA, 2012, p. 01.

9 2000, apud Escobar 2008.

com uma história de mais de meio século de políticas, programas, debates acadêmicos e teóricos acalorados [...], a ideia de desenvolvimento (e todos os derivados que geralmente aparecem ligados ao termo “desenvolvido”: sub, semi, pós) não perde força imaginativa e poder conceitual, mesmo em meio à ruína que um olhar crítico poderia depurar. Artifício ideológico, implicação de um poder discursivo ou esperança de superação de problemas como a pobreza e a desigualdade, deve-se destacar sua resiliência diante das tentativas de desconstrução.<sup>10</sup>

A história do termo “desenvolvimento” se confunde com o final da II Guerra Mundial, quando houve o declínio definitivo do domínio colonial das potências imperialistas que dividiam o mundo desde o final do século XIX, a partir das lutas de independência de países da África e Ásia. Neste cenário, com a polarização entre as duas potências vencedoras, a implantação da guerra fria era essencial para consolidar a hegemonia dos Estados Unidos sobre o chamado Mundo Ocidental, enquanto o Oriente cabia a União Soviética.

Nesta recomposição de forças mundiais, emerge um conjunto de novos Estados nacionais juridicamente soberanos, remodelando a divisão internacional do trabalho. Na América Latina, apesar de ser uma zona de Estados independentes desde o século XIX, este clima de “emancipação” estimulou anseios de uma independência política real diante das pressões diplomáticas e intervenções políticas e militares diretas da Inglaterra, sobretudo até 1930, e dos Estados Unidos particularmente depois da II Guerra<sup>11</sup>.

Esse momento também era caracterizado pela passagem gradativa de um capitalismo mercantil para um capitalismo industrial, quando o conceito de desenvolvimento passou a ser visto como sinônimo de crescimento econômico, balizado nas condições das nações desenvolvidas que enriqueceram através do processo de industrialização, muito embora isso não tenha se expandido aos países semi-industrializados, por exemplo, ou mesmo se convertido em acesso a bens como saúde e educação.

Este novo clima econômico, político, social, passa a influenciar tanto as organizações regionais, a exemplo da CEPAL<sup>12</sup>, como o pensamento in-

---

10 RADOMSKY, 2011, p. 149.

11 DOS SANTOS, 2000, p. 04.

12 Comissão Econômica pela América Latina e Caribe- CEPAL é organismo oficial das Nações Unidas, com sede em Santiago, Chile, encarregado de promover o desenvolvimento da região.

telectual como um todo. Assim, na anteriormente rural América Latina, a industrialização passava a ser vista como uma necessidade imediata. Considerando que a derrota nazista havia maculado a ideia da excepcionalidade europeia e da superioridade racial, a modernidade passou a ser encarada como um fenômeno de caráter universal, um estágio social que todos os povos poderiam atingir, pois correspondia ao pleno desenvolvimento da sociedade democrática que uma parte dos vitoriosos identificavam com o liberalismo norte-americano e inglês e, outra parte, com o socialismo russo<sup>13</sup>.

A partir desse contexto, surge a teoria do desenvolvimento, que o concebia como o resultado de um processo de adoção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna, caracterizada pela busca da produtividade máxima, que levasse à acumulação permanente da riqueza dos indivíduos e, em consequência, de cada comunidade nacional.

A teoria do desenvolvimento buscou localizar os obstáculos à plena implantação da modernidade e definir os instrumentos de intervenção, capazes de alcançar os resultados desejados no sentido de aproximar cada sociedade existente desta sociedade ideal. Por mais que estas construções teóricas pretendam ser construções neutras em termo de valores, era impossível esconder a evidência de que se considerava a sociedade moderna, que nascera na Europa e se afirmava nos Estados Unidos da América, como um ideal a alcançar e uma meta sócio política a conquistar. Era mais ou menos evidente também uma aceitação tácita de que a instalação desta sociedade era uma necessidade histórica incontestável<sup>14</sup>.

No início de 1949, pela primeira vez é utilizado o termo “subdesenvolvimento”, em um discurso do presidente estadunidense Harry Truman, como sinônimo de “regiões economicamente atrasadas”. Esta inovação terminológica modificou o sentido do termo desenvolvimento.

A aparição do “subdesenvolvimento” evoca não apenas a ideia de uma mudança possível em direção a um estado final, mas sobretudo a possibilidade de provocar esta mudança. Não se trata mais de apenas constatar que as coisas “se

---

13 DOS SANTOS, 2000, p. 03

14 DOS SANTOS, 2000, p. 03.

desenvolvem”, nós poderemos doravante “desenvolver”. O “desenvolvimento” adquire então um sentido transitivo (aquele de uma ação exercida por um agente sobre outro) correspondente a um princípio de organização social, de forma que o “subdesenvolvimento” será considerado como um estado que existe “naturalmente”, ou seja, sem causa aparente<sup>15</sup>.

Esta nova dicotomia “desenvolvido/subdesenvolvido” substitui radicalmente a visão de mundo antes organizada entre “colonizadores/colonizados”, no sentido de apresentar uma sociedade internacional onde todos são iguais em direito mesmo que não o sejam de fato, mesma base do estabelecimento da Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), por exemplo.

Na América Latina, no início da década de 60, a doutrina dominante na CEPAL era que o desenvolvimento dos países não industrializados seria consequência de transferências massivas de capital de origem privada, exportação de matérias primas e livre mercado dentro da teoria das “vantagens comparativas”<sup>16</sup>. A América Latina, desde a “invasão” ou “conquista”, é considerada lócus por excelência de grandes e abundantes recursos naturais. Possuiria uma “vantagem comparativa” pela sua capacidade de exportar natureza.

O projeto de modernização da economia concebido pela CEPAL, juntamente com o modelo de substituição de importações de Celso Furtado, iriam fundamentar as políticas desenvolvimentistas, que tem na figura do Estado um forte interventor e, nas contribuições de Keynes, a composição de um modelo de desenvolvimento brasileiro<sup>17</sup>.

No desenvolvimentismo, o Estado escolhe e apoia os setores econômicos que se tornam prioritários na destinação de investimentos e subsídios. Assim, os governos assumem o dever de desenvolverem seus países e, para isso, dão preferência a determinados setores econômicos. Nesse contexto, surge a teoria da dependência após as constatações de diversos economistas, em maioria influenciados pela teoria marxista, de que o livre comércio e a teoria das vantagens comparativas eram favoráveis apenas aos países

---

15 RIST, 2001, p. 122.

16 De acordo com CORONEL; DESSIMON (2008, 82), a lei das vantagens corporativas é termo de David Ricardo, fundamentado na teoria de Adam Smith. Para Ricardo, mesmo que uma nação possua desvantagem absoluta na produção de duas commodities, ainda assim haveria uma possibilidade de comércio, desde que a nação se especializasse na produção de sua commodity de menor desvantagem absoluta.

17 NASCIMENTO, 2011, p. 53

industrializados, pela condição fática de que estes possuem uma estrutura de economia desenvolvida diferentes das economias dominadas, o que conduz ao estabelecimento de relações comerciais em condições desiguais, um conjunto de características que permitiam construir o esquema de centro-periferia<sup>18</sup>.

Os teóricos da dependência<sup>19</sup> haviam constatado que mesmo países que apresentavam taxas de crescimento econômico bastante elevadas, tais como os latino-americanos, estavam limitados pela profundidade da sua dependência econômica e política da economia internacional. Miséria, analfabetismo e a concentração de renda eram constantes nesse cenário. Nesse sentido, a periferia não deveria se especializar no seu papel exportador de matérias primas, mas sim desenvolver uma forma de industrialização pela substituição de importações que lhe proporcionasse independência do capital estrangeiro.

Assim, seus teóricos tentam explicar as características do desenvolvimento dependente que já havia se implantado nestes países e sua relação com o sistema capitalista internacional. Abria-se o caminho para compreender o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como o resultado histórico do desenvolvimento do capitalismo, como um sistema mundial que produzia ao mesmo tempo desenvolvimento e subdesenvolvimento<sup>20</sup>. Dependente, concentrador, excludente e associado ao capital internacional, eram as características fundamentais do desenvolvimento destacadas pela teoria, que se exacerbaram ainda mais na década de 80, sob o impacto da globalização comandada pelo capital financeiro internacional.

As teorias da dependência foram duramente combatidas<sup>21</sup> nos espaços acadêmicos hegemônicos. Para autores conservadores, termos como

---

18 RIST, 2001, p.185.

19 Para saber mais sobre a Teoria da Dependência, ver: FRANK, André Gunder, *El Desarrollo del Subdesarrollo - Un Ensayo Autobiográfico*, ed. Nueva Sociedad, 1991; MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e Revolução*. 4 ed. Florianópolis: Insular, 2013; e CARDOSO, Fernando Henrique, “¿Teoría de la dependencia o análisis de situaciones concretas de dependencia?”, *Revista Latinoamericana de Ciencia Política*, I, diciembre de 1971; entre outros.

20 DOS SANTOS, 2000, p. 09.

21 Inclusive, seus teóricos brasileiros, tais como Marini, Vania Bambirra, Fernando Henrique Cardoso, foram perseguidos e tiveram que partir para o exílio durante a Ditadura Militar. Marini e Bambirra, de tradições marxistas, tiveram suas obras solenemente ignoradas por mais de três décadas pela academia brasileira, passando a ser traduzidos apenas após 2010, pela editora Insular, de Florianópolis, SC.



“dependência” ou “imperialismo” não serviam para descrever as realidades do sistema, e eram apenas resultado de ideologia, portanto, não eram científicos; assim, postulavam que os obstáculos ao desenvolvimento não tinham fundamentos estruturais ou restrições oriundas da economia mundial, sendo produto de péssimas decisões políticas, eleições desafortunadas de governantes e outros fatores facilmente removíveis<sup>22</sup>. Afinal, durante a guerra fria, as opções eram capitalismo e globalização, por um lado, ou socialismo.

Na América Latina não houve espaço para escolha. Ditaduras empresariais-militares tomaram o poder nas décadas de sessenta a oitenta, apoiadas pelos Estados Unidos, pela consolidação da expansão de seu modelo político-econômico nas Américas. Para Assis, no Brasil, o golpe de Estado consolidou o país no caminho do desenvolvimento dependente, apoiado no capital internacional e em ajuste estratégico com o sistema de poder mundial<sup>23</sup>. Projetos ambiciosos como a usina hidrelétrica de Itaipu, a construção da Transamazônica-BR-230, e o programa nuclear brasileiro nasceram nessa época.

Interessante que coincidentemente nas décadas em que as dimensões ambientais começam a ser inseridas nos debates sobre o desenvolvimento, o Brasil incorpora efetivamente a concepção de desenvolvimento baseada na expansão da industrialização e nos grandes projetos de investimento, através do estabelecimento de uma sequência de governos militares. Com isso se dá a ampliação de um violento processo de depredação ambiental e social, sobretudo na Amazônia, ampliando também o quadro de conflitos e mobilizações<sup>24</sup>.

Após a crise dos discursos emancipatórios e o colapso do “socialismo real”, as teorias que pregavam a modernização e o afastamento do controle dos Estado sobre as atividades produtivas conduziram a política econômica implementada em toda a América Latina. Assim, se expandiu o neoliberalismo, como ideologia que demonizava a ação estatal e propunha a diminuição de sua capacidade reguladora, “liberando” as forças “benéficas” do mercado. Dessa forma, as ditaduras empresariais-militares em toda América Latina adotaram o regime econômico neoliberal.

---

22 BORÓN, 2008, p. 23.

23 2014.

24 NASCIMENTO, 2011, p. 54.

Na década de noventa, aderindo ao programa de ajuste econômico imposto pelo Consenso de Washington<sup>25</sup>, a América Latina entra em um novo patamar de relacionamento caracterizado por moedas fortes, privatização das empresas públicas, governos reeleitos sucessivamente e forte apoio internacional no caminho de uma integração comercial regional<sup>26</sup>.

Nesse ínterim, sociedade civil e outros observadores passaram a denunciar que as medidas que impunham o livre comércio eram uma temeridade, pois, ao não definir os setores estratégicos e não praticar políticas de apoio ao capital nacional, os países se submeteram aos interesses estrangeiros, colocando em risco a própria soberania nacional. Diante da pressão de países imperialistas, constata-se uma forma mais “moderna” de dominação, aperfeiçoada com as inovações tecnológicas atuais que permitem a tomada de decisões econômicas em tempo real<sup>27</sup>.

---

25 Consenso de Washington foi a forma como ficou popularmente reconhecido um encontro ocorrido em 1989, na capital dos Estados Unidos, em que um conjunto de medidas visando ao desenvolvimento e à ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina, se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional, quando passou a ser “receitado” para promover o “ajustamento macroeconômico” dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades. As recomendações foram formuladas por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. Dentre as premissas básicas colocadas no Consenso de Washington, destacam-se: a) disciplina fiscal, em que o Estado deveria cortar gastos e eliminar ou diminuir as suas dívidas, reduzindo custos e funcionários; b) reforma fiscal e tributária, em que o governo deveria reformular seus sistemas de arrecadação de impostos a fim de que as empresas pagassem menos tributos; c) privatização de empresas estatais, tanto em áreas comerciais quanto nas áreas de infraestrutura, para garantir o predomínio da iniciativa privada em todos os setores; d) abertura comercial e econômica dos países, diminuindo o protecionismo e proporcionando uma maior abertura das economias para o investimento estrangeiro; e) desregulamentação progressiva do controle econômico e das leis trabalhistas. Muitos países subdesenvolvidos acabaram por implementar, em vários graus, componentes desse pacote econômico, principalmente pela pressão e influência exercidas pelo governo dos Estados Unidos e por instituições como o FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), com resultados muito debatidos. Considera-se que as suas ideias teriam sido direcionadas para atender aos interesses norte-americanos em toda América Latina, além de beneficiar as elites locais, favorecendo a concentração de renda nos países da região. Ademais, o Consenso de Washington foi apontado como causador de crises econômicas, como a da Argentina.

26 DOS SANTOS, 2001, p. 19.

27 ARAÚJO JUNIOR, 2005, p. 10.

Vozes dissidentes continuaram propondo alternativas<sup>28</sup>, porém o desenvolvimento se tornou cada vez mais voltado para o crescimento, mais dominado pela especulação financeira e destruidor do meio ambiente. É nesse contexto que, nos anos 2000, na América Latina, depois de décadas de políticas neoliberais, houve um retorno do desenvolvimentismo econômico em vários países, chamado por alguns de novo desenvolvimentismo ou neodesenvolvimentismo, modelo no qual o Estado passa a ter um maior ativismo econômico, ocupando um papel central. No desenvolvimentismo de ontem e no contemporâneo, o Estado escolhe e apoia os setores econômicos que se tornam prioritários na destinação de investimentos e subsídios.

Coincidentemente, isso ocorreu após o chamado giro à esquerda, quando em vários países da América Latina foram eleitos governos auto identificados com a esquerda ou centro-esquerda<sup>29</sup>, também chamados progressistas. Mais pragmáticos e flexíveis, flutuam entre a social-democracia e o populismo; e empregaram estratégias econômicas que vão do neoliberalismo corrigido

---

28 Nos anos setenta, com o fortalecimento dos movimentos ambientalistas, surgem várias teorias sobre desenvolvimentos alternativos, dos quais a que foi definitivamente legitimada e absorvida, por amplos setores, foi a teoria do desenvolvimento sustentável, lançada a partir da publicação do documento “Nosso Futuro em Comum” em 1987, que seria um desenvolvimento que levasse em consideração os recursos naturais que devem ser preservados para as gerações futuras. Para ser alcançado, o desenvolvimento sustentável dependeria de planejamento, em um consumo consciente dos recursos naturais. Nesta época, o movimento ambientalista contribuiu para o questionamento do modelo de desenvolvimento que imperava, ao questionar a visão produtivista que identificava desenvolvimento com crescimento econômico, e enfatizar que o modelo de desenvolvimento industrial próprio dos países do norte não era universalizável, em razão de que caso as sociedades do Hemisfério Sul copiassem os padrões das sociedades do Norte, a quantidade de combustíveis fósseis consumida aumentaria 10 vezes e a de recursos minerais, 200 vezes (WWF). Para Caubet, tal conceito não passa de uma falácia, eis que nas “condições atuais do crescimento do comércio internacional e do padrão de vida das populações dos países “ricos”, o desenvolvimento continua sendo obviamente insustentável: o consumo dos recursos renováveis e não renováveis aumenta”, assim como a população. A despeito disso, toda a ideologia do comércio, toda a doutrina do comércio, a quase totalidade dos estudos sobre o comércio, parte do pressuposto de que as trocas comerciais devem crescer (1999, p. 2). Outra noção desenvolvida na época foi a de “desenvolvimento humano” vinculada ao PNUD e às ideias de Amartya Senn, nas quais se associam ideias de equidade e liberdade, sem constituir proposta alternativa a visão economicista, sustentada pelo neoliberalismo; outrossim, agregando a categoria outros indicadores, além dos econômicos, como os de educação, saúde, gênero, entre outros (UNCETA, 2009).

29 São amplamente reconhecidos nesse grupo: Argentina, durante os governos Kishner (2003-2015); Bolívia, sob o governo de Evo Morales (2006-2019), Brasil, sob governo do Partido dos Trabalhadores (2002-2016); Venezuela, de Chavez à Maduro (1999-presente), entre outros; de forma que se delimitarmos o universo à América do Sul: 80% da população, 90% do PIB e 81% da superfície se encontravam em poder de governos auto identificados com a esquerda (IHU, 2009).

a um estatismo de nova feição<sup>30</sup>, características e controvérsias que serão aprofundadas no próximo tópico.

### 3. Progressismo neodesenvolvimentista e o extrativismo

No chamado giro à esquerda na América Latina, se por um lado havia governos eleitos incorporando um discurso antineoliberal, por outro, todos, sem exceções, permaneceram presos ao modelo primário de economia, extrativo e exportador, reafirmando a função da região como provedora de recursos naturais. Esse modelo, com consequências controversas para a região em temas do meio ambiente, povos indígenas e comunidades tradicionais, buscava justificar este papel através de compensações, com a adoção de políticas públicas para redistribuição de parte dos ingressos e tributos gerados por essa economia, com a execução de planos de combate à pobreza e incentivo ao consumo.

Ao contrário da década de 1990, quando o Estado se reduzia, nessa nova fase identificam-se Estados mais fortes, que consolidam sua capacidade de fomentar diretamente determinados setores da economia e, ao mesmo tempo, reduzem sua capacidade de regulação e controle<sup>31</sup>. Para Fiori, esse retorno ao papel do Estado na economia operado pelo “neodesenvolvimentismo” não esclareceria em nome de quem, para quem e para quê é este desenvolvimento, deixando de lado a questão central do poder, e dos interesses contraditórios das classes e das nações<sup>32</sup>.

Assim, ele aponta em certos momentos para o fortalecimento do Estado e em outros para o fortalecimento do mercado; a centralização e a descentralização; a concorrência e os campeões nacionais; o público e o privado; política industrial e abertura; política fiscal e monetária ativa e austera<sup>33</sup>.

Dessa forma, entende-se que o neodesenvolvimentismo significou um retorno ao debate sobre “o lugar do Estado na economia capitalista”, contudo marcado pela imprecisão dos interesses políticos de classe e por um perfil de políticas macroeconômicas bastante oscilante<sup>34</sup>.

---

30 IHU, 2009.

31 GARAVITO et. al., 2012, p. 06.

32 2011b apud MAURICIO, 2013, p. 08.

33 MAURICIO, 2013, p.08.

34 MAURICIO, 2013, p.08.

As políticas progressistas adotaram uma retórica que afirmava priorizar a constituição de um polo popular na confrontação de grandes grupos de poder econômicos, mas que coexistia com uma política que promovia e dava continuidade a instalação de um modelo neocolonial, baseado na apropriação e destruição dos recursos naturais. Esse modelo, do México à Argentina, refletia uma nova divisão global e territorial do trabalho, caracterizada pela apropriação irresponsável de recursos naturais não renováveis, o que amplia as assimetrias econômicas, políticas e ambientais entre o Norte e o Sul.

Longe de ser um destino inevitável, autores como Maristella Svampa ressaltam que o extrativismo é uma escolha política e civilizatória adotada pelos governos da região que reconfigurou os territórios e as economias<sup>35</sup>. A dependência da exportação de matérias-primas cresce resultando em concentração econômica, especialização produtiva e consolidação de enclaves exportadores – padrões historicamente criticados tanto por desenvolvimentistas quanto por marxistas. Por fim, na América Latina as esquerdas, seja as de matrizes anticapitalistas ou nacionais-populares, conservaram uma forte marca desenvolvimentista que inclusive enfatizam uma leitura histórica de exaltação da expansão das forças produtivas<sup>36</sup>. Daí se verifica a dificuldade de diálogo com os povos originários e tradicionais, a partir da imposição de uma adaptação violenta ao modelo fabril ou obreiro, em que estes são convertidos em “obstáculos” ao desenvolvimento.

Assim, constata-se que a visão desenvolvimentista do período, ligada ao paradigma extrativista, estava muito distante da visão clássica, que o questionava e pautava a industrialização. Para Svampa, o desenvolvimentismo atual é um produto da convergência entre extrativismo, reprimarização da economia e constituição de enclaves de exportação; e uma visão neoliberal, cuja marca continua sendo o produtivismo, apenas rejuvenescida pela utilização oportuna de categorias globais como desenvolvimento sustentável, governança etc.; que a autora denomina de extrativismo neodesenvolvimentista<sup>37</sup>.

Esse neoextrativismo se caracteriza por manter e aprofundar a extração mineral e petrolífera, seja por um aumento da quantidade extraída de minérios já explorados ou pela incorporação de novos recursos (como o recente

---

35 SVAMPA, 2011, p. 01.

36 SVAMPA, 2011, p. 06.

37 SVAMPA, 2011, p. 07.

processo extrativo de lítio na Bolívia), que se exportam como commodities<sup>38</sup> e dependem de economias de enclave<sup>39</sup> isto é, sem uma proposta integradora de suas atividades com o resto da economia e da sociedade. Ademais, o modo extrativista de organizar a produção se expande a outros setores, em particular os monocultivos de exportação, que se materializam na expansão intensiva do agronegócio.

Sem embargo, os impactos socioambientais eram similares aos verificados no período neoliberal. Da mesma forma, a repressão, criminalização, cooptação, continuam sendo algumas das práticas dos governos frente aos movimentos de resistência social. De acordo com Rodas, as patologias do extrativismo e do neoextrativismo tem então muito em comum:

a) os recursos “renováveis” deixam de sê-lo porque o ritmo de extração é maior que o ritmo ecológico de renovação, b) a maior parte da produção das empresas extrativistas não é destinada ao consumo interno, e sim para exportação, gerando quase nenhum benefício nacional (inclusive há países que exportam petróleo e importam derivados do petróleo porque não desenvolveram uma adequada capacidade de refinação); c) os bens, os insumos e os serviços especializados para o funcionamento das empresas extrativistas, poucas vezes provem de empresas nacionais; d) consolidaram mentalidades “rentistas”; e) o modelo desestrutura sociedades e comunidades locais; e f) deteriora gravemente o meio ambiente.<sup>40</sup>

Este modelo de obtenção de recursos e de produção se enquadra em uma nova faceta do capitalismo global, onde as exigências do desenvolvimento são enunciadas por empresas transnacionais ou pelo Estado-nação (ou pelos dois), e o capitalismo avança até a incorporação de todo o planeta, incluindo suas regiões mais remotas, ao processo de acumulação. Nesse cenário, as oligarquias burocráticas e políticas, empresas multinacionais, atores

---

38 Commodities são produtos primários ou manufaturas com baixo valor adicionado e/ou baixo conteúdo tecnológico (OREIRO, FEIJÓ, 2010). Existem commodities de energia (tais como petróleo e gás natural), agrícola (algodão, café, milho, trigo) e metais (ouro, prata, outros minérios). Atualmente as commodities primárias tem participação preponderante nas exportações brasileiras (40% do total exportado), as quais se seguem os produtos de média intensidade tecnológica (18% do total). Para efeito de comparação, a participação das commodities nas exportações mundiais é de apenas 13% (DE NEGRI, 2005, 02).

39 GUDYNAS, 2012, p. 132.

40 RODAS, 2014, p. 460.

financeiros e grandes organismos econômicos internacionais formam uma coalizão de poderes concretos que se valem de todos os meios e os registros, seja financeiro, diplomático, cultural etc., para promoverem os interesses dos poderes estatais e econômicos, exercendo essa função em escala mundial<sup>41</sup>.

Importante ressaltar que o modelo extrativista também foi desenvolvido pelos países de políticas mais neoliberais, como Colômbia e México, e se manteve nos anos posteriores, ou seja, independe da orientação política econômica, tornando mais complexa a problemática regional ligada a multiescalaridade de conflitos onde se entrecruzam políticas públicas, diferentes lógicas de ação e territorialidades diversas.

Dessa forma, de acordo com Ricardo Verdum, verifica-se que a América Latina segue servindo de território estratégico a economia política mundial, importância que recai cada vez mais em seu potencial de provedora de recursos que se tornam mercadorias para os centros manufatureiros mais dinâmicos, localizados fora do continente sul-americano<sup>42</sup>. Perpetua-se um modelo de desenvolvimento baseado na apropriação da natureza, que alimenta uma rede produtiva pouco diversificada e concentrada nas mãos de poucos grupos empresariais. Ademais, esse tipo de economia é dependente da capacidade de inserção desses países, ou seja, de suas empresas, como provedores de matérias primas a nível internacional. Assim, os governos aportam um grande apoio financeiro ou incentivos econômicos, como a isenção de impostos, como os casos de participação de bancos públicos como BNDES e Banco do Brasil no financiamento de setores de infraestrutura e extração<sup>43</sup>.

Na nova divisão internacional do uso dos recursos naturais e do trabalho planejada pela globalização, os países do norte, privilegiando o cuidado com o seu ambiente local, possuindo leis mais severas, deslocam para fora de suas fronteiras as primeiras fases da atividade extrativa, ao custo de uma maior deterioração a nível global, cabendo aos países do sul terem seus territórios utilizados como fonte de recursos e depósito de resíduos.

Já as economias dependentes da América Latina tornam-se mais uma vez primárias e são convertidas em exportadoras de matérias-primas, enquanto a Ásia se encarrega da transformação e inclusão no mercado mundial, e a

---

41 DARDOT, LAVAL, 2016, 286.

42 2010.

43 VERDUM, 2010, p. 02.

Europa e os Estados Unidos, países centrais para o capitalismo, consomem o produto final. Com efeito, no novo paradigma biotecnológico, recursos naturais antes não aproveitados, ou territórios improdutivos, são inseridos no mercado, sem limites. Assim, os povos originários que habitam esses territórios entram no centro dos debates sobre os modelos de economia e desenvolvimento, uma vez que suas terras representam as últimas fronteiras da expansão do capitalismo extrativista. A questão do desenvolvimento econômico e sua relação com a garantia dos direitos humanos termina por expor contradições características dos sistemas democráticos representativos, já que, na maioria das vezes, os grupos negativamente afetados pelas políticas econômicas, não por acaso, se encontram distantes dos centros políticos e econômicos e, por isso, enfrentam ainda mais dificuldades para fazer sua voz e interesses serem ouvidos<sup>44</sup>.

Ademais, na participação popular, assim como na existência de direitos socioambientais justiciáveis, se encontra um caminho para que sejam fixados determinados limites ao modelo centrado exclusivamente no crescimento econômico. Nesse contexto, o direito à consulta prévia, livre e informada<sup>45</sup> dos povos indígenas e tradicionais torna-se uma das principais bandeiras de resistência, um exemplo de mecanismo que possibilita a formulação e implementação de políticas públicas que promovam um desenvolvimento que respeite seus direitos originários.

No Brasil, isso será percebido sobremaneira na Amazônia, região em que a partir dos anos 1970 se torna locus de grandes projetos de integração e desenvolvimento, entendida como um local desabitado e que por esse motivo deve ser ocupado, desconsiderando a histórica presença humana e a importância da conservação de sua sociobiodiversidade e sistemas ecológicos para a saúde da coletividade e do planeta.

---

44 Garavito et. al, 2012, p. 06.

45 O direito à consulta prévia é concebido como espaço para o exercício da autonomia e autodeterminação de povos indígenas e povos tradicionais, respeitada a diversidade cultural, o conhecimento tradicional e o direito à decisão final sobre o uso dos seus territórios e recursos naturais. Instituída pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (1989), e presente também na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007), e na jurisprudência do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, a consulta prévia garante à participação no processo de tomada de decisões sobre medidas legislativas e administrativas que afetem aos povos, seus bens e seus direitos; assim como na formulação de políticas e leis, e frente às atividades extrativas de recursos naturais que os afetem seus territórios, ainda que sejam de propriedade do Estado.



Ademais, verifica-se que muitos desses projetos de desenvolvimento estão completamente imbricados a violações de direitos humanos<sup>46</sup>, como a degradação do meio ambiente, a remoção forçada de pessoas, aumento da violência e precarização de modos de vida, seja de população indígena, ribeirinha, quilombola, extrativista, campesina, etc.<sup>47</sup>. Assim, será na exploração de minérios, petróleo e produtos para a indústria pecuária na Amazônia, que o governo neodesenvolvimentista vislumbrará um dos motores do crescimento econômico nacional, incluindo os agrocombustíveis de soja e cana de açúcar.

#### 4. A Amazônia na rota do desenvolvimento

Utilizando dados de 2005 por falta de precisão atualizada, mais de 180 povos indígenas vivem na região amazônica do Brasil, somando uma população de aproximadamente 208 mil indivíduos. De acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE de 2010, 342.836 indígenas viviam na região Norte<sup>48</sup>. A região também é habitada por 357 comunidades remanescentes de quilombolas e milhares de comunidades de seringueiros, ribeirinhos ou babaqueiros<sup>49</sup>.

---

46 Um relatório da organização Global Witness revelou que, entre 2002 e 2013, 448 ativistas foram assassinados no Brasil. Entre eles estão o ambientalista José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo da Silva, executados em 2011 no Pará, e a morte da missionária Dorothy Stang, assassinada em 2005, também no Pará. Segundo a instituição, 68% dos assassinatos ocorridos no Brasil em 2012 foram causados por conflitos de terra, ligados ao desmatamento na região Amazônica. Apenas 10% dos casos chegam aos tribunais e apenas 1% resultou em condenação dos autores do crime. Os estados mais violentos nesse caso são Pará e Mato Grosso do Sul. Ver mais em: COELHO, Soroja. Violência contra ambientalistas no Brasil é chocante, diz relatório. DW Notícias. 17.04.2014. Disponível em: <<http://www.dw.de/viol%C3%Aancia-contra-ambientalistas-no-brasil-%C3%A9-chocante-diz-relat%C3%B3rio/a-17575740>> Acesso em 08/03/2019.

47 Garavito desenvolve o termo “campos sociais minados” para descrever áreas de mineração, disputas sobre fracking, lugares que vão girar ao redor da mina, e que em razão dessa característica, estudos apontam que terão também suas sociabilidades minadas, apresentando problemas sociais graves, em que a violência de Estado e entre as pessoas faz parte do cotidiano (2014). Caracterizam-se por relações de poder profundamente desiguais entre empresas e comunidades, e pela escassa presença e intermediação do Estado. Dessa forma, constata-se que este modelo catalisa conflitos sociais e gera ainda mais violações.

48 Para saber mais, ver Censo (2010) Povos Indígenas: [https://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/verso\\_mapa\\_web.pdf](https://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/verso_mapa_web.pdf)> Acesso em 20/12/2019.

49 HECK et al, 2005.

A Amazônia de hoje é identificada como uma região ameaçada pelo agronegócio, mineração, por crimes ambientais, e por políticas duvidosas que põem em risco os ecossistemas locais e a biodiversidade do planeta, enquanto no passado esteve relacionada, essencialmente, à natureza majestática que desafiava cientistas, viajantes e curiosos. Esse cenário resulta de um processo que se iniciou mais diretamente durante a ditadura empresarial-militar, quando se iniciou uma nova fase do desenvolvimento brasileiro. O governo federal pretendia uma homogeneização industrial entre as regiões do país, assim, são elaborados projetos como a Zona Franca de Manaus (AM), a Rodovia Transamazônica (MA-PA-AM), o polo petroquímico de Camaçari (BA), neste planejamento de integração econômica nacional.

Sob o slogan “Integrar para não entregar”, representando a ideologia integracionista, civilizatória e colonizatória, a região amazônica passa a receber especial atenção de Brasília. Entendida e divulgada como um “enorme vazio verde” torna-se espaço ideal para implementação de projetos de assentamento urbano e rural, grandes obras como a Transamazônica e a implantação de grandes projetos de extração mineral, tais como Carajás, Barcarena e Jari, tidos como indispensáveis ao progresso, mudando drasticamente a realidade local e afetando definitivamente a vida dos povos que ali já habitavam<sup>50</sup>.

O resultado imediato dessa política pode ser evidenciado desde os primeiros anos também por duas linhas de consequências. Pela ótica do capital – concentração de renda e depredação da natureza. Pela ótica da população – expulsão, migração, empobrecimento e violentação da cultura<sup>51</sup>.

De acordo com Rosa Acevedo Marin e Edna Castro, a partir destas décadas a região vai passar por um processo através do qual se intensifica

---

50 De acordo com Violeta Loureiro, a Amazônia tem se convertido desde as últimas décadas num espaço onde se registram o conflito no campo, a miséria urbana e o desperdício de recursos naturais. Além disso, caracteriza-se pela tentativa de domesticar o homem e a natureza da região, moldados à visão, à expectativa de exploração do homem de fora. A natureza não tem sido considerada como parceira e aliada para estabelecer um real desenvolvimento da região, ao contrário disso, a floresta aparece nos planos e programas federais para a região ora como um obstáculo a ser vencido, ora como simples objeto a ser explorado, ora como um almoxarifado inesgotável de riquezas – que, portanto, não precisa ser repostos. De acordo com a autora, os governos têm entendido que o desenvolvimento é tarefa e virtude exclusiva do capital e, principalmente, do grande capital. Mais ainda, têm entendido que somente o grande capital teria o impulso capaz de desenvolver a região, dada sua grande extensão (2002, p. 109-115).

51 PAES LOUREIRO, 2003, p. 406.

a centralização das decisões em esfera federal, deixando o poder local das oligarquias à margem, bem como os governos estaduais e municipais<sup>52</sup>. Inclusive, a normatização legal sobre atividades causadoras de danos ao meio ambiente que passa a vigorar nos anos 1970 faz com que o Estado passe a ser administrador direto das questões relativas ao uso ambiental, através de um decreto-lei que dispunha que cabia ao governo federal assumir a responsabilidade sobre o controle de atividades industriais que provocavam danos ao meio ambiente, cabendo somente a ele a decisão sobre o fechamento de projetos que tenham sua produção voltada aos “interesses nacionais”, ideia perene da mentalidade desenvolvimentista<sup>53</sup>.

Os abusos desse capital que ali se instala são incontáveis e constantemente denunciados: trabalho análogo à escravidão; mortes de posseiros, de indígenas, e de trabalhadores rurais devido a conflitos fundiários; a grilagem de terras; as queimadas; a poluição de rios, lagos; o problema da população migrante que, atraída pelas possibilidades de trabalho nos grandes empreendimentos, terminou formando as periferias das cidades amazônicas, entre outros.

Trata-se de uma estranha lógica que não contabiliza os custos dos subsídios, vantagens e facilidades financeiras concedidas pelo setor público, que sacrifica o restante da sociedade ao canalizar esses recursos para fins privados; que não computa o desperdício dos recursos naturais implicados no processo de atração de novos capitais para a região, nem os custos de uma infraestrutura que, com frequência, serve diretamente e apenas aos empreendimentos de grandes grupos econômicos e não à população em geral<sup>54</sup>.

A maior importância dada às atividades do setor mineral que se destaca dentro das políticas do governo é impulsionada, sobretudo, pela descoberta das chamadas províncias minerais, entre as quais, a da Serra dos Carajás (PA), maior reserva de minério de ferro do mundo que tinha, e ainda tem, especial destaque econômico e estratégico, hoje explorada pela transnacional brasileira Vale S.A. Nesse contexto, esses complexos minero-metalúrgicos passam a impulsionar a implantação de grandes projetos de aproveitamento

---

52 1987.

53 NASCIMENTO, 2011, p. 59.

54 LOUREIRO, 2002, p. 116.

hidrelétrico, já que a energia aparece como um fator de primordial importância para a viabilização daqueles. A questão energética tem papel fundamental neste processo de consolidação da relação entre governos e o capital estrangeiro, porque é em função dela que a Amazônia assume papel estratégico pelo seu potencial hidráulico.

Acevedo Marin e Castro destacam que esse modelo de desenvolvimento pensado para a Amazônia trouxe como consequências uma modernização que explora intensamente os recursos florestais, minerais, hídricos, com projetos que, mesmo financiados por empresas internacionais, recebiam do Estado benefícios traduzidos na sua montagem de infraestrutura e subsídios<sup>55</sup>.

Com a redemocratização, em 1997, sob o Consenso de Washington, merece destaque a privatização da CVRD (Companhia Vale do Rio Doce), detentora de dezenas de jazidas de minérios na Amazônia. Nesta época, em 2000, inicia-se a discussão do Plano de Ação Estratégica IIRSA, no qual doze países do continente sul-americano – entre os quais o Brasil – preveem a instalação, expansão e interconexão de projetos de energia e transporte, através dos quais pretende-se que a exploração de recursos naturais seja facilitada e sua circulação seja feita de maneira mais eficiente. Verdum identificava no IIRSA o potencial e risco de que mais uma vez a Amazônia desempenhasse o único papel histórico de extração e exportação, ampliando assim a escola de importação de bens de valor agregado características da retórica do desenvolvimento da América Latina<sup>56</sup>.

No entanto, no final dos anos 90, conforme mencionado no tópico anterior, verifica-se um realinhamento de forças no subcontinente. Destacam-se projetos de resistência ao neoliberalismo ligados à existência de um Estado nacional forte e um desenvolvimento econômico de base nacional significativa em que o modelo de desenvolvimento a ser implementado é o neoextrativismo, baseado na reprimarização da economia.

Nesse contexto, no Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), é eleito Presidente da República por dois mandatos (2002-2010), sendo sucedido por Dilma Rousseff (2010-2016), do mesmo partido. Os primeiros anos de governo caracterizaram-se pela estabilidade econômica e pelo lançamento de programas sociais como Bolsa Família e Fome Zero. Nesse sentido, buscando alternativas para um novo ciclo de

---

<sup>55</sup> 1987.

<sup>56</sup> 2010, 01.

investimentos e de maior inserção no comércio mundial, o Brasil faz novos parceiros comerciais do Mercosul e uma maior aproximação com a União Europeia, a China e a Índia etc.

A redefinição do papel do Estado brasileiro na sociedade internacional toma maior importância. O extrativismo próprio da mineração e dos hidrocarbonetos se acentua, tendo a produção brasileira de bauxita aumentado de 19,3 milhões de toneladas quando Lula assumiu em 2003, a 29 milhões em 2010; a de ferro cresceu de 263,7 milhões de toneladas a 370 milhões neste mesmo período<sup>57</sup>. Perante esta situação territórios indígenas adquirem importância estratégica: eles têm cerca de 70% da biodiversidade do planeta e grande parte dos recursos naturais.

Em 2007, Lula lança o PAC-1- Programa de Aceleração ao Crescimento<sup>58</sup>, objetivando uma ação estratégica de “retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país”, dando continuidade ao definitivo enraizamento do capitalismo extrativista em terras brasileiras. Entretanto, ainda que o total de investimentos faça previsão para setores como saneamento e habitação, para a região Norte, não se direcionaram recursos nesses setores. Para a Amazônia, os investimentos do PAC sinalizam apenas para o aumento de infraestrutura, e para o setor energético; logo, visualiza-se a reiteração das práticas e políticas desenvolvimentistas que já atravessam décadas.

Edna Castro destaca que o PAC orienta um modelo de crescimento econômico e não somente um plano de desenvolvimento *stricto sensu*, tratando-se então de um modelo há décadas criticado pelo seu reducionismo e pela sua ineficácia social e ambiental, que projeta para a Amazônia uma modernização com base na produção de commodities dos setores pecuária, madeira, grãos, minérios e energia<sup>59</sup>.

---

57 No mesmo sentido, de acordo com informe da CEPAL, retomado por E. Gudynas (2011), constata-se que a porcentagem de exportação de produtos primários passou de 59,8% a 63,1% no MERCOSUL entre 2008 e 2009, evidenciando o processo de reprimarização da economia brasileira.

58 Sustentando a implementação de uma política econômica que combinaria crescimento econômico e distribuição de renda; o PAC foi difundido sob o slogan que da geração de empregos e de renda estaria garantida a diminuição da pobreza e a inclusão no mercado formal de trabalho. Com o aumento do PIB e do número de empregos, os benefícios seriam extensíveis a todos os brasileiros na medida em que favoreceria a inclusão social e a distribuição de renda.

59 2012, p. 48.

Em 2010, a China substitui os EUA como principal parceiro comercial do Brasil, e o país passa a exportar mais commodities do que produtos manufaturados pela primeira vez desde 1978. Ambas as tendências estão relacionadas: o crescimento brasileiro nestas décadas foi resultado de vínculos crescentes com os mercados emergentes mais dinâmicos, especialmente a China, mas isso impôs um pedágio em sua estrutura produtiva e exportadora<sup>60</sup>. A reprimarização pode ser entendida como uma consequência do papel que o Brasil desempenhou nesta nova economia global.

Em 2011, dando continuidade ao governo do Partido dos Trabalhadores, Dilma Rousseff é eleita Presidenta do Brasil. Em seu governo, lança o PAC 2, que também detém seus esforços na ampliação de investimentos privados e públicos destinados à recuperação e construção da infraestrutura para exportação de commodities. Em ambos os PACS, é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES que assume a liderança como principal agente financiador da estratégia de crescimento, ao lado de empresas estatais e fundos de pensão de trabalhadores dessas, que também passaram a associar-se crescentemente à estratégia, apoiando financeiramente consórcios ou empresas específicas na realização de empreendimentos.

A maior parcela dos investimentos corresponde à setor energético, mais da metade do valor total investido (PAC-2007-2010). Os desembolsos do BNDES para projetos do PAC, desde o lançamento do programa em 2007 até o final de 2011, atingiram a cifra de R\$ 104,8 bilhões, sendo R\$ 84,512 bilhões para projetos do eixo Energia.

A análise dos Planos PAC 1 e 2 é um bom exemplo para visualizar este retorno ao desenvolvimentismo na política e economia brasileira, quando se verifica que o governo federal, visando estimular o investimento privado em obras de infraestrutura, garante aporte financeiro a partir do Estado via orçamento público<sup>61</sup>. Além do incentivo financeiro, ainda propõe concessões ao empreendedor privado do uso para exploração econômica do empreendimento quando em operação.

Tanto o primeiro como o segundo programa tinham como base fundamental estímulos ao investimento em infraestrutura. No entanto, as políticas não seguiam mais o discurso de integrar a Amazônia às demais regiões do

---

60 MALAMUD, RODRIGUEZ, 2013, p. 128.

61 As fontes são: Plano Plurianual, BNDES, outros bancos públicos, empresas estatais e os fundos de pensão de trabalhadores destas empresas (VERDUM, 2012, 03).

país; tratava-se sim, de buscar uma integração, mas de mercados em nível internacional, principalmente pela via da infraestrutura. As prioridades e perspectivas do PAC anunciavam a nova escala e características da inserção dependente do país<sup>62</sup>. Além disso, verifica-se que nos programas, a função da Amazônia era a de garantir a oferta de energia necessária à reprodução de atividades eletrointensivas<sup>63</sup>.

Dentre os grandes projetos do PAC, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte foi o principal de cunho energético<sup>64</sup>. Com a construção da usina, a partir de 2011, no Estado do Pará, a região da Volta Grande do rio Xingu passou por um processo de transformação que levou a redução de mais de 80% da vazão da água em 100 quilômetros do rio, o que ocasionou mortandade de peixes, piora da qualidade da água e alterações drásticas no modo de vida de populações indígenas e ribeirinhas que vivem na região. Os impactos em âmbitos sociais também devem ser destacados, como os decorrentes do inchaço populacional, devido ao número de migrantes atraídos pela construção da grande obra que hoje não tem emprego. Altamira, principal cidade da área de influência desse grande projeto, foi reconhecida como a cidade mais violenta no Brasil em 2017 pelo Atlas da Violência do Instituto de Política Econômica Aplicada - IPEA, de acordo com taxa de homicídios<sup>65</sup>.

Loureiro constata que este modelo econômico concebido há mais de trinta anos e ainda em curso na Amazônia padece de males inconciliáveis com a vida social, cultural e com a natureza da região<sup>66</sup>. De acordo com a autora,

O atual modelo não levará ao desenvolvimento, porque os novos empreendimentos estão constituídos à base de enclaves de produção de semielaborados para exportação. Eles não se integram à economia da região e não produzem efeitos em cadeia, isto é, não induzem à instalação de novos empreendimentos decorrentes dos primeiros, porque visam, simplesmente, a exportação de

---

62 ASSIS, 2014, p. 28.

63 CARVALHO, 2010, p. 17.

64 Para saber mais: ver trabalho de VIEIRA, Flávia do Amaral. Direitos humanos e desenvolvimento na Amazônia: Belo Monte na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/135654/335074.pdf?sequence=1>> Acesso em 14/05/2019.

65 IPEA e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Atlas da Violência, 2017, disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portao/images/170602\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2017.pdf](http://www.ipea.gov.br/portao/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf)> Acesso em 20/12/2019.

66 2002, p. 117.

bens num estágio primário ou de semielaborados. Se persistir por mais tempo ainda, o atual modelo apenas aumentará as desigualdades sociais, aprofundará os desequilíbrios regionais e levará à destruição enormes estoques de recursos naturais que poderiam servir de real impulso ao desenvolvimento regional. Assim, as políticas públicas em curso na Amazônia apresentam vários problemas. Mas o mais fundamental é que, ao conceber povo e natureza da região como primitivos, tribais e atrasados, elas submetem o homem da Amazônia em geral a um conflitivo processo econômico que não respeita a cultura e o homem da região. Ao contrário disso, desenraiza o homem, empurrando-o como marginalizado para as periferias das cidades. Na Amazônia, o modelo econômico, além de ser gerador de enormes conflitos sociais, entra em choque com as populações naturais da região ao destruir sua forma de vida, seu ambiente natural e sua identidade cultural<sup>67</sup>.

Outrossim, a pujança econômica era evidente. Em março de 2014, noticiou-se que o município de Parauapebas, interior do estado do Pará, exportou mais que Rio de Janeiro e São Paulo em janeiro daquele ano; segundo dados do estado, eram realizados a cada ano cerca de 15 mil pedidos de alvará para novas áreas de exploração de minérios<sup>68</sup>.

Dilma Rousseff foi reeleita em 2014, mas só governou até 2016, quando no contexto de uma grave crise econômica, política e institucional, impulsionada pela queda dos preços das commodities, o Congresso Brasileiro aprovou seu impeachment<sup>69</sup>, mesmo que a ex-presidenta nunca tenha sido acusada de corrupção ou tenha comprovado contra si o cometimento de alguma prática irregular. Operações da Polícia Federal, entre elas a Operação Lava Jato, propagaram a ideia de que o governo do Partido dos Trabalhadores estivesse envolvido com corrupção, diretamente relacionada às obras do PAC

---

67 LOUREIRO, 2002, p. 118.

68 Ver mais em AGENCIA BRASIL. Município de Parauapebas (PA) exporta mais que Rio e São Paulo em Janeiro. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/03/03/municipio-de-parauapebas-pa-exporta-mais-que-rio-e-sao-paulo-em-janeiro.htm>> Acesso em 14/05/2019.

69 O processo de afastamento da presidente Dilma Rousseff teve início em 2 de dezembro de 2015, com a aceitação do pedido elaborado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Junior e Janina Paschoal pelo ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha. O processo durou 273 dias e encerrou em 31 de agosto de 2016, com a cassação do mandato, mas sem a perda de direitos políticos. Sobre como votaram os Senadores no processo de impeachment de Dilma Rousseff ver: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/veja-como-votaram-os-senadores-no-julgamento-de-dilma-rousseff> . Acesso em: 18 de junho de 2020.



e com empresas da construção civil. O momento foi precedido por amplas mobilizações populares e convulsões sociais com apoio tanto de grupos que cobravam uma maior e mais rápida progressividade no acesso à direitos humanos e de políticas públicas, como também de grupos conservadores e de extrema direita, insatisfeitos com as condições econômicas e com as políticas de inclusão social daquelas décadas.

Nobre esclarece que o afastamento de Dilma Rousseff acontece pelo descontentamento da megacoalição política que sustentou os governos anteriores:

O afastamento de Dilma Rousseff só se explica porque seu governo já não conseguia funcionar nos termos em que funcionaram todos os governos nas últimas duas décadas. Em seu segundo mandato, o governo Dilma já não oferecia duas garantias fundamentais do modelo: acesso efetivo aos fundos públicos e proteção contra investidas da Justiça. Não interessa aos partidos e grupos que fazem parte da megacoalição de governo (seja qual for o governo) dispor de ministérios, cargos e verbas e não poder efetivamente lançar mão dos recursos, mesmo que sejam escassos. Não bastasse isso, o governo Dilma era visto como incapaz de oferecer proteção contra a ameaça da Operação Lava Jato e suas subsidiárias. Esse é um sinal de descontrole grave para o esquema de megacoalizações<sup>70</sup>.

No meio dessa complexa rede de interesses, o apoio da mídia e do Judiciário foram decisivos para o afastamento do Partido dos Trabalhadores do poder. Em seguida, iniciou-se um período de ostracismo político no Brasil que trouxe, em um primeiro momento, Michel Temer (MDB) à presidência, e posteriormente, Jair Bolsonaro (PSL), após as eleições de 2018. A prisão de Lula, por um ano, de 2018 a 2019, orquestrada pelo principal juiz da Operação Lava-Jato, Sergio Moro, posteriormente nomeado Ministro da Justiça por Bolsonaro, é outro capítulo que merece ser destacado<sup>71</sup>.

Se antes, os governos do giro à esquerda recebiam críticas por suas políticas desenvolvimentistas com graves impactos socioambientais, atualmente o cenário se complexificou com um governo de extrema-direita, interessado

---

70 NOBRE, 2016, p.139.

71 Sérgio Moro pediu demissão do cargo de Ministro da Justiça, após 16 meses no governo Bolsonaro, em 24 de abril de 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-04/sergio-moro-confirma-saida-do-ministerio-da-justica> . Acesso em: 18 de junho de 2020.

em privatizar todo os equipamentos estatais, e com discurso abertamente antiambiental e antidireitos humanos<sup>72</sup>, para o qual a perspectiva do capital tem uma extrema supremacia.

Para a Amazônia, governo e empresas clamavam por mais projetos de infraestrutura na região para o escoamento da produção de grãos e minérios. A política pública passou a defender abertamente mais devastação da floresta e poucos benefícios para as populações locais, para abrir espaço ao mercado do capital totalizante. No ano de 2019, o Brasil foi manchete na imprensa internacional em razão do aumento das queimadas na Amazônia<sup>73</sup>. A intensificação das queimadas que chamam a atenção do mundo são apenas a face visível do modelo de desenvolvimento excludente e predatório, sustentado por interesses econômicos, como a criação de gado, o comércio ilegal de madeira e a produção de soja<sup>74</sup>.

O então Ministério do Meio Ambiente, desde o início da gestão, reforçava esse modelo de desenvolvimento com a adoção de medidas de flexibilização da legislação ambiental e alterações nos órgãos ambientais, tanto do ponto de vista estrutural quanto orçamentário. Esse contexto nefasto se modificou com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2022, com uma plataforma de governo direcionada a reassumir uma posição internacional progressista na agenda de meio ambiente e clima, ainda que isso inclua grandes desafios práticos no cenário econômico e no enfrentamento do discurso neodesenvolvimentista.

## 5. Conclusão

O objetivo deste artigo foi proporcionar uma investigação sobre a retórica do desenvolvimento e a partir de uma discussão sobre as teorias desenvolvimentistas e a Amazônia com o foco nas primeiras décadas dos anos 2000.

---

72 Para saber mais, ver: FERRANTE L, FEARNside PM. Brazil's new president and 'ruralists' threaten Amazonia's environment, traditional peoples and the global climate. *Environmental Conservation*. 2019. doi:10.1017/S0376892919000213.

73 Em matéria publicada em 23 de agosto de 2019, o jornal inglês *The Guardian* tenta explicar ao público as causas e efeitos das queimadas na Amazônia. Resta evidente que o aumento das queimadas chamou a atenção da comunidade internacional, bem como a atual política ambiental do país. Disponível em : <https://www.theguardian.com/environment/2019/aug/23/amazon-fires-what-is-happening-anything-we-can-do> . Acesso em: 18 de junho de 2020.

74 Nesse sentido ver : REPORTER BRASIL. Os interesses econômicos por trás da destruição da Amazônia. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/08/os-interesses-economicos-por-tras-da-destruicao-da-amazonia/> . Acesso em: 18 de junho de 2020.

Através das lentes da teoria descolonial e da teoria da dependência, apresentamos uma leitura crítica sobre o retorno ao desenvolvimentismo e a opção extrativista do período do progressismo desenvolvimentista característico do giro à esquerda na região, com foco no caso do Brasil e na Amazônia em seus conflitos socioambientais correlatos.

A partir da análise da entrada de variados investimentos interessados no controle e apropriação de recursos naturais, constata-se que regressão primário-exportadora verificada no Brasil, assim como em outros países latino-americanos, são amostras da continuidade de um processo dotado de raízes estruturais, que independe da ideologia declarada do partido que ocupa o governo.

Essas raízes podem ser identificadas na associação entre a ideia de colonialismo e este modelo de desenvolvimento executado mediante grandes projetos econômicos. O conceito da colonialidade, que define a relação de dominação que perdura da colonização até a atualidade, é útil para compreender a história do desenvolvimento na América Latina e da criação do termo “subdesenvolvimento”. Conforme mencionado, a nova dicotomia “desenvolvido/subdesenvolvido” substitui radicalmente a visão de mundo antes organizada entre “colonizadores/colonizados”, no sentido de apresentar uma sociedade internacional onde todos são iguais em direito mesmo que não o sejam de fato. Destaca-se a contribuição dos teóricos da dependência no sentido da crítica aos modelos de desenvolvimentos para a América Latina que insistiam na subordinação à economia internacional, ao invés de desenvolver uma forma de industrialização pela substituição de importações, que lhe proporcionasse independência do capital estrangeiro.

Constatamos que o chamado giro à esquerda na América Latina, ao permanecer preso ao modelo primário de economia, extrativo e exportador, reafirmou a função da América Latina como provedora de recursos naturais. Assim, a partir de Svampa (2011), compreendemos como o desenvolvimentismo atual é um produto da convergência entre extrativismo, reprimarização da economia e constituição de enclaves de exportação; e uma visão neoliberal, cuja marca continua sendo o produtivismo, apenas rejuvenescida pela utilização oportuna de categorias globais como desenvolvimento sustentável, governança, etc.

Nesse cenário, verifica-se a permanência de uma retórica do desenvolvimento para a Amazônia deslocada da realidade local. Decisões tomadas de maneira exógena e autoritária ameaçam a preservação do meio ambiente,

os direitos humanos e a integridade física e cultural de povos indígenas, comunidades tradicionais e rurais/urbanas desta região que é considerada como de periferia na economia dependente do capital internacional.

No cenário posterior, com o giro à direita no Brasil, as condições se tornaram ainda mais adversas, com a repressão, criminalização, cooptação aos movimentos de resistência social, anunciando ainda mais impactos socioambientais. Em 2022, tem-se o retorno de Lula à presidência da República. Mais uma vez, um governo de discurso progressista tem a oportunidade de tomar as decisões de política econômica para a Amazônia. O anúncio de que o Brasil seria sede da COP 30, a Conferência das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (COP) de 2025, em Belém do Pará, colocou a Amazônia no mapa global das negociações multilaterais e da agenda do meio ambiente e clima. Ainda que a realização do maior evento de discussão climática global, pela primeira vez na região, indique o empenho da diplomacia brasileira em posicionar o país em um papel de liderança global da sustentabilidade ambiental nas relações internacionais, as contradições dos governos anteriores impõem desafios e dúvidas sobre a implementação de políticas públicas associadas à justiça climática na região, que agora enfrenta novos desafios associados ao capital global, como a expansão do mercado de carbono.

O artigo apresentou uma contribuição às reflexões sobre questões que estruturam esse modelo de exploração a partir da premissa que o debate amplo sobre esses temas faz parte da construção de uma sociedade mais justa e democrática, e da construção de alternativas que rompam com a lógica do desenvolvimento condicionada à supremacia do capital.

## Referências

- ACEVEDO MARIN, Rosa; CASTRO, Edna. *Estado e poder local: dinâmica das transformações na Amazônia brasileira*. Pará desenvolvimento. Belém, IDESP n. 20/21, 1986/1987.
- ACOSTA, A. Extractivismo y neoextractivismo: Dos caras de la misma maldición, Grupo Permanente de Trabajo Sobre Alternativas al Desarrollo, Más allá del desarrollo, *Abya Yala*, Quito, 2012.
- ARAÚJO JUNIOR, Aloysio Marthins de. *As Políticas Neoliberais Dos Anos 90 No Brasil E Seus Reflexos Na Economia Catarinense*. Artigo desenvolvido

- para a palestra proferida no dia 14 de abril de 2005 no Programa de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas/Univali. Disponível em: <http://www.univali.br/ensino/pos-graduacao/mestrado/mestrado-em-gestao-de-politicas-publicas/cadernos-de-pesquisa/Documents/caderno-pesquisa-09.pdf>> Acesso em 16/02/2019.
- ASSIS, Fernando Augusto. *Capital fictício y socialización contradictoria en el Brasil post 1994: La hidroeléctrica de Belo Monte y los nexos entre Capitalismo dependiente financiarizado y el Ser social*. Tesis de magíster en Sociología Económica. Universidad Nacional de San Martín. Buenos Aires: Instituto de Altos Estudios Sociales – IDAES, 2014.
- BORÓN, Atilio. *Socialismo siglo XXI: ¿hay vida después del neoliberalismo?* . - 1ª ed. - Buenos Aires: Luxemburg, 2008.
- CARVALHO, G. IIRSA ; PAC. In: LEROY, JP; MALERBA, J. (Org.). IIRSA, energia e mineração: ameaças e conflitos para as Terras Indígenas na Amazônia Brasileira. Rio de Janeiro: FASE, 2010.
- CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. In. *Cad. CRH* vol.25 no.64 Salvador Jan./Apr. 2012. Págs. 45- 63. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792012000100004>.
- CAUBET, Christian Guy. A irresistível ascensão do comércio internacional: o meio ambiente fora da lei?. *Sequência*. V. 20 n. 39 (1999). UFSC, Florianópolis, SC, Brasil, <https://doi.org/10.5007/%25x>.
- CORONEL, Daniel Arruda, DESSIMON, João Armando. Vantagens comparativas reveladas e orientação regional da soja brasileira em relação à China. 2008. Pág. 80-102. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/viewFile/302/238>> Acesso em 12/02/2019.
- DARDOT, P; LAVAL, C.. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad. Mariana Echalar. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DE NEGRI, Fernanda. “Padrões tecnológicos e de comércio exterior das firmas brasileiras.”. In; Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras. Brasília: IPEA, 2005.
- DOS SANTOS, Theotonio. A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico. In: *Teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- ESCOBAR, Arturo. *Territórios de diferencia: Lugar, movimientos, vida, redes*. Bogotá: Envión Editores, 2010.
- FLEURY, Lorena. *Conflito ambiental e cosmopolíticas na Amazônia brasileira: a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva*. Tese

- (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, 2013.
- GARAVITO, César Rodrigues. From Belo Monte to Sarayaku. Extractive capitalism, Indigenous People and Human Rights in Social Minefields. *Conferência no Colloquium Alice*, CES 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oJRzD318YuU>> Acesso em 31/10/2019.
- GARAVITO, César Rodrigues; KWEITEL, Juana e WAISBICH, Laura Trajber. *Desenvolvimento e Direitos Humanos: Algumas Ideias para Reiniciar o Debate*. SUR v.9 n° 17 dez 2012. Disponível em: <<http://www.surjournal.org/conteudos/pdf/17/01.pdf>> Acesso em 25/04/2019.
- GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador y nuevos extractivismos: Las ambivalencias del progresismo sudamericano. *Nueva Sociedad* no 237, enero-febrero de 2012, ISSN: 0251-3552. Págs. 128-146. Disponível em: <[www.nuso.org/upload/articulos/3824\\_1.pdf](http://www.nuso.org/upload/articulos/3824_1.pdf)> Acesso em 21/01/2019.
- GUDYNAS, Eduardo. La primarización exportadora otra vez. *Los Tiempos*. 17/01/2011. Disponível em: [http://www.lostiempos.com/diario/opiniones/columnistas/20110117/la-primarizacion-exportadora-otra-vez\\_108852\\_213657.html](http://www.lostiempos.com/diario/opiniones/columnistas/20110117/la-primarizacion-exportadora-otra-vez_108852_213657.html)> Acesso em 08/03/2019.
- HECK, Egon; LOEBENS, Francisco; CARVALHO, Priscila D.. Amazônia indígena: conquistas e desafios. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, Apr. 2005. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100015>.
- IHU. A esquerda latino-americana. Maio de 2009. Disponível em: <http://www.unisinos.br/blogs/ihu/analise-de-conjuntura/a-esquerda-latino-americana/>> Acesso em 16/02/2019.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. *Estudos avançados*. 2002, vol.16, n.45, pp. 107-121. ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142002000200008>
- MALAMUD, A., & RODRIGUEZ, J. C. (1). Com um pé na região e outro no mundo: O dualismo crescente da política externa brasileira. *Estudos Internacionais: Revista De relações Internacionais Da PUC Minas*, 1(2), 167-184. Recuperado de <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/6312>
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e Revolução*. 4 ed. Florianópolis: Insular, 2013.
- MAURICIO, Francisco Raphael Cruz. Do velho ao novo Desenvolvimentismo:

- Elementos para um debate teórico crítico. *Anais IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo*, trabalho e questão social, 2013. Disponível em: <[https://www.academia.edu/3638545/Do\\_velho\\_ao\\_novo\\_desenvolvimentismo\\_elementos\\_para\\_um\\_debate\\_teorico\\_critico](https://www.academia.edu/3638545/Do_velho_ao_novo_desenvolvimentismo_elementos_para_um_debate_teorico_critico)> Acesso em 25/04/2019.
- MIGNOLO, Walter D. Traduzido por NORTE, Ângela Lopes. *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. Cadernos de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF) – Dossiê: Literatura, língua e identidade, nº 34, p. 287-324, 2008. Disponível em < <http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/traducao.pdf> >. Acesso em 10 de setembro de 2019.
- NASCIMENTO, Sabrina Mesquita. *Usina Hidrelétrica de Belo Monte: o campo de forças no licenciamento ambiental e o discurso desenvolvimentista dos agentes políticos*; Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.
- NOBRE, Marcos. 1988 + 30. *Novos Estudos CEBRAP*, 105, julho 2016, p.135-149. <http://dx.doi.org/10.25091/s0101-3300201600020008>
- OREIRO, José Luis; FEIJO, Carmem A.. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Rev. Econ. Polit.*, São Paulo, v. 30, n. 2, June 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572010000200003>
- PAES LOUREIRO, J. J. *Cultura amazônica: uma poética do imaginário*. São Paulo: Escrituras, 2003.
- RADOMSKY, Guilherme F. W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade a emergência de “modernidades” alternativas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 26, nº 75, fevereiro/2011.
- RIST, Gilbert. *Le développement: histoire d’une croyance occidentale* – Paris: Presses de Sciences Po, 2001.
- RODAS, Mónica Mazariegos. *Derecho a la consulta y disenso. Por el uso contra hegemónico del derecho*. Tesis Doctoral. Instituto De Derechos Humanos “Bartolomé De Las Casas”, Universidad Carlos III de Madrid. Getafe, mayo 2014. Disponível em: [http://e-archivo.uc3m.es/bitstream/handle/10016/19134/monica\\_mazariegos\\_tesis.pdf?sequence=1](http://e-archivo.uc3m.es/bitstream/handle/10016/19134/monica_mazariegos_tesis.pdf?sequence=1)> Acesso em 13/01/2019.
- SVAMPA, Maristella. *Extractivismo neodesarrollista, Gobiernos y Movimientos Sociales en América Latina*. 2011. Disponível em: <<http://www.google>>.

com.br/url?sa=t&rct=j&q=&resrc=s&source=web&cd=4&cad=rja&uact=8&ved=0CDgQFjAD&url=http%3A%2F%2Fxa.yimg.com%2Fkq%2Fgroups%2F19771724%2F334139802%2Fname%2FArticulo%2520AL%2520y%2520extractivismo%2520Maristella%2520Svampa.pdf&ei=HZ-0VJ20IcGdNtONhMAF&usg=AFQjCNH5ftP3yAPmrU-zhBT9k\_HMJQyta1Q&sig2=xNZPMUm0eS2PnXojlGjptw&bvm=bv.83339334,d.eXY> Acesso em 13/01/2019.

UNCETA, Koldo. “Desarrollo, Subdesarrollo, maldesarrollo y postdesarrollo. Una mirada Transdisciplinar sobre el debate y sus implicaciones”, *Carta Latinoamericana, Contribuciones en Desarrollo y Sociedad en América Latina*, Montevideo, Claes, abril de 2009, n 7.

VERDUM, Ricardo. As obras de infraestrutura do PAC e os povos indígenas na Amazônia brasileira. *Nota Técnica 9*. Observatório de Investimentos na Amazônia Inesc. Setembro de 2012. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/noticias/biblioteca/textos/obras-do-pac-e-povos-indigenas/>> Acesso em 08/02/2015.

VERDUM, Ricardo El Nuevo Extractivismo Desarrollista en Sudamérica. *Programa de las Américas Reporte*. 14 de janeiro de 2010. Disponível em: < <http://www.extractivismo.com/noticias/verdum-extractivismo-desarrollista-sudamerica.html> > Acesso em 13/01/2019.

VIEIRA, Flávia do Amaral. *Direitos humanos e desenvolvimento na Amazônia: Belo Monte na Comissão Interamericana de Direitos Humanos*. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/135654/335074.pdf?sequence=1>> Acesso em 15/01/2019.

WALSH, Catherine. Development as Buen Vivir: Institutional arrangements and (de)colonial entanglements. *Development*, 2010, 53(1), págs. 15–21.

Recebido em 12 de agosto de 2020.

Aprovado em 06 de março de 2023.



**RESUMO:** Nesse artigo, propomos uma discussão teórica sobre os sentidos do desenvolvimento, a partir de uma crítica ao retorno ao desenvolvimentismo e a opção extrativista para a Amazônia, com foco no período característico do giro à esquerda na América Latina, representado no Brasil pelo governo do Partido dos Trabalhadores (2002-2016). Utilizando referenciais teóricos da teoria descolonial, da teoria da dependência e dos estudos críticos sobre a Amazônia, questiona-se a noção dos direitos humanos como obstáculos ao desenvolvimento e este como um processo de transformação planejado de maneira exógena, alheio ao diálogo sobre às prioridades e conhecimentos locais. Nesse sentido, primeiramente apresentamos contribuições sobre o histórico de construção da retórica do desenvolvimento na América Latina, para em seguida refletir sobre o que constitui o progressismo neodesenvolvimentista, para assim questionar as consequências desse modelo na Amazônia brasileira.

**Palavras-chave:** neodesenvolvimentismo, teorias críticas, direitos humanos; Amazônia.

**ABSTRACT:** In this article, we propose a theoretical discussion about the senses of development, based on a critique of the return to developmentalism and the extractive option for the Amazon, focusing on the characteristic period of the left turn in Latin America, represented in Brazil by the government of the Workers Party (2002-2016). Using theoretical references from decolonial theory, dependency theory and critical studies on the Amazon, the notion of human rights as obstacles to development is questioned and this as a process of transformation planned exogenously, unrelated to the dialogue on local priorities and local knowledge. In this sense, we first present contributions on the history of the construction of the rhetoric of development in Latin America, and then reflect on what constitutes neo-developmental progressivism, in order to question the consequences of this model in the Brazilian Amazon

**Keywords:** neodevelopmentism, critical theory, human rights, amazon.

**SUGESTÃO DE CITAÇÃO:** VIEIRA, Flávia do Amaral; ALBUQUERQUE, Letícia. Perspectivas críticas sobre o neodesenvolvimentismo e a Amazônia. *Revista Direito, Estado e Sociedade*, Edição 66, jan/jun, 2025. DOI: <https://doi.org/10.17808/des.0.1611>.